



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007892-98.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Planos de Saúde**  
 Requerente: **Maria Terezinha Bruderhausen Machado**  
 Requerido: **Geap Autogestão Em Saúde**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

### Vistos.

**Maria Terezinha Bruderhausen Machado** ajuizou ação de ressarcimento com pedido de indenização por danos morais contra **Geap Autogestão em Saúde**. Alega a autora, em síntese, que é mãe de Regina Aparecida Machado, que está internada na Clínica de Repouso Santa Fé em Itapira. A filha é paciente desta clínica desde 2003, para tratamento psiquiátrico (CID10:F200). Em abril de 2012, em razão de surto psicótico, sua filha precisou ser internada na referida clínica em caráter de urgência. O plano requerido, do qual é beneficiária, sempre reembolsou as despesas correspondentes. Ocorre que, a partir de 31 de maio de 2015, a requerida vem se recusando a reembolsar a autora dos gastos, sob o fundamento de que a filha poderia ser internada na Fundação Espírita Américo Bairral, que é conveniada. No entanto, há prescrição médica não recomendando a transferência da filha para outra unidade de tratamento. O valor a ser reembolsado é de R\$ 47.562,00, relativo ao período de junho a dezembro de 2015 e junho a dezembro de 2016. Discorreu sobre o direito aplicável. Postulou, além do ressarcimento, indenização por danos morais, de dez salários mínimos, em razão do sofrimento de ordem emocional, pois sua filha está internada e agora vê-se frustrada com a recusa indevida da requerida. Juntou documentos.

Deferida a gratuidade processual.

A requerida foi citada e contestou. Em preliminar, impugnou a gratuidade processual, porque a autora não comprovou hipossuficiência. Contestou, ainda, o pedido de arbitramento de honorários no patamar legal máximo. Explicou a natureza jurídica da Geap, como operadora de saúde na modalidade autogestão multipatrocinada. Defendeu a


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, submetendo-se à Lei nº 9.656/98, motivo pelo qual não é caso de inversão do ônus da prova. Informou que colocou à disposição da filha da autora clínica para internação de psiquiatria – Fundação Espírita América Bairral – na mesma localidade, não se podendo privilegiar escolha unilateral fora da rede conveniada. Disse que não há urgência ou emergência, pois a filha da autora está internada desde 2012 e, como visto, há atendimento disponível na rede conveniada. Negou a prática de ato ilícito. Se procedente o pedido, afirmou que o reembolso deve ocorrer nos limites da tabela vigente da requerida, conforme o regulamento do plano de saúde. Impugnou o pedido de indenização por danos morais, por se tratar de mero aborrecimento. Pediu a improcedência da ação. Juntou documentos.

A autora apresentou réplica.

Conferiu-se oportunidade para produção de provas, não tendo as partes manifestado interesse.

**É o breve relatório.**
**Fundamento e decidido.**

O pedido comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, pois não há necessidade de outras provas, haja vista o teor das alegações das partes e documentos apresentados, que bastam para a pronta solução do litígio.

De início, acerca da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor à hipótese dos autos, o colendo Superior Tribunal de Justiça, na oportunidade do julgamento do Resp nº 1.285.483/PB, pela Segunda Seção, consolidou o entendimento de que não se aplica o Código de Defesa do Consumidor quando o contrato de plano de saúde for administrado por entidade de autogestão.

Recentemente, esse entendimento sedimentado por meio da edição da Súmula 608, com o seguinte enunciado: *Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, salvo os administrados por entidades de autogestão.* Portanto, tratando-se o caso dos autos de plano de saúde de autogestão, inaplicável o Código de Defesa do Consumidor.

A despeito da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, a


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

procedência parcial do pedido é medida que se impõe.

Com efeito, a autora demonstrou que sua filha foi internada, em regime de urgência, em abril de 2012, devido a surto psicótico, na Clínica de Repouso Santa Fé, município de Itapira, tendo o plano requerido, do qual é beneficiária, sempre reembolsado as despesas correspondentes.

É certo que, passados alguns anos da internação, não há mais que se falar em regime de urgência ou emergência, porquanto estabilizado o quadro de ordem psiquiátrica. A urgência ocorreu apenas quando do surto, e foi disponibilizada à paciente internação adequada, em clínica na qual recebe tratamento desde o ano de 2003, conforme atestado médico.

No entanto, é preciso assentar, de início, que a requerida adotou postura contratual contraditória, ao exigir, a partir de junho de 2015, passados mais de três anos de internação, que a filha da autora se deslocasse para clínica pertencente à rede conveniada, desprestigiando-se a boa-fé contratual (vedação de *venire contra factum proprium*).

Além disso, a manutenção da filha da autora na clínica atual não decorre de escolha unilateral da mãe, ora demandante, uma vez que a decisão está embasada em relatório médico, da lavra de um psiquiatra, que merece ser transcrito, porque subsidia, com segurança, a pretensão inicial:

*Atesto para os devidos fins que a Srta. Regina Aparecida Machado está em tratamento psiquiátrico, internada nesta clínica desde 10/04/2012, portadora de transtorno mental psicótico, quadro crônico, incapacitante para o trabalho e para o convívio social e familiar. Quadro processual com acentuado comprometimento das funções cognitivas, e afetivas, com risco para si própria e para terceiros. Paciente em oitava internação nesta clínica, desde 2003, adaptada à vida institucional, sendo contraindicada a transferência para outro tratamento. CID : F200. Itapira, 07/03/2016 (fl. 17)*

A autora, portanto, desincumbiu-se do ônus de provar o fato alegado, na dicção do artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil. Com efeito, demonstrou, conforme atestado médico, que a filha devia permanecer internada na clínica onde estava, e não ser transferida.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Assim, cabia à requerida provar fato impeditivo de tal direito, no sentido de que, caso a filha da autora fosse transferida para unidade conveniada, mais especificamente a Fundação Espírita Américo Bairral, não sofresse risco à sua saúde. Entretanto, não se desincumbiu disso, nos termos do artigo 373, inciso II, do Código de Processo Civil.

Conforme ensina **Humberto Theodoro Júnior**: *quando, todavia, o réu se defende por meio de defesa indireta, invocando fato capaz de alterar ou eliminar as consequências jurídicas daquele outro fato invocado pelo autor, a regra inverte-se. É que, ao se basear em fato modificativo, extintivo ou impeditivo do direito do autor, o réu implicitamente admite como verídico o fato básico da petição inicial, ou seja, aquele que causou o aparecimento do direito que, posteriormente, veio a sofrer as consequências do evento a que alude a contestação. O fato constitutivo do direito do autor, em tal circunstância, torna-se incontroverso, dispensando, por isso mesmo, a respectiva prova (art. 374, III). A controvérsia deslocou-se para o fato trazido pela resposta do réu. A este, pois, tocará o ônus de prová-lo.* (Curso de Direito Processual Civil. Vol. I. 56 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 906).

Embora se tenha conferido oportunidade expressa para produção de provas, a requerida não manifestou interesse algum. Veja-se que, ao contestar, não juntou aos autos nenhum relatório ou avaliação médica, no sentido de que a filha da autora poderia, à luz das particularidades de sua situação de saúde, ser tratada em clínica conveniada.

Na verdade, cabia à requerida postular a produção de prova pericial, de natureza médica, a fim de que o perito pudesse, mediante análise concreta e personalizada da autora, prescrever a possibilidade de transferência dela para clínica conveniada, sem que isso implicasse risco.

Mas o que se tem nos autos é justamente o contrário. A autora está internada há anos no mesmo local. Está adaptada. Ostenta comprometimento da função cognitiva e afetiva, com risco para si própria e para terceiros. É incapaz. Não parece seguro, pois, mudá-la de clínica, sem um parecer médico, de modo que a permanência dela na clínica atual é medida indispensável e irrefutável.

Ademais, a Lei nº 9.656/98, no artigo 12, inciso VI, estabelece a possibilidade de reembolso quando o beneficiário não encontra tratamento adequado na



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

rede conveniada do plano de saúde:

*Art. 12. São facultadas a oferta, a contratação e a vigência dos produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, nas segmentações previstas nos incisos I a IV deste artigo, respeitadas as respectivas amplitudes de cobertura definidas no plano-referência de que trata o art. 10, segundo as seguintes exigências mínimas: (...) VI - reembolso, em todos os tipos de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, nos limites das obrigações contratuais, das despesas efetuadas pelo beneficiário com assistência à saúde, em casos de urgência ou emergência, quando não for possível a utilização dos serviços próprios, contratados, credenciados ou referenciados pelas operadoras, de acordo com a relação de preços de serviços médicos e hospitalares praticados pelo respectivo produto, pagáveis no prazo máximo de trinta dias após a entrega da documentação adequada.*

A restituição, entretanto, não deve ser integral, mas sim respeitar os limites da tabela vigente da requerida, praticadas no Estado de origem do titular, conforme o regulamento do plano de saúde, descontando-se sua participação correspondente, em cumprimento ao contrato firmado entre as partes, o que será apurado na fase de cumprimento de sentença.

Improcede, de outro lado, o pedido de indenização por danos morais, porque a recusa implicou mero aborrecimento. Não custa lembrar que, para justificar pleito de indenização por danos morais, necessário se mostra examinar a conduta do agente causador do fato, verificando sua reprovabilidade, assim como a potencialidade danosa dessa conduta em relação ao patrimônio imaterial da vítima, de modo a reprimir a prática de atos que atinjam a honra, a imagem e outros direitos inerentes à personalidade.

Nesse sentido é a doutrina de **Sérgio Cavalieri Filho**: *O dano deve ser de tal modo grave que justifique a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Nessa linha de princípio, só deve ser reputado dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos mais triviais aborrecimentos. (Programa de Responsabilidade Civil, Malheiros Editores, 2ª edição, p. 79).*

É certo que a autora, que é mãe da beneficiária internada, vem sofrendo todos os percalços relativos à internação da filha, que ostenta problemas psiquiátricos sérios. No entanto, observa-se que esta ação foi ajuizada mais de dois anos depois da primeira negativa de reembolso, pela requerida, das despesas com manutenção da filha da autora na mesma clínica.

A autora conseguiu, nesse período, efetuar o pagamento dessas despesas. Não há notícias de maiores transtornos ou preocupações à autora. E, mais importante, não houve nada de prejudicial à autora ou sua filha em razão da negativa de reembolso da requerida, a qual, como visto, efetivamente ofereceu clínica semelhante para tratamento. Não faz sentido, assim, condenar a requerida ao pagamento de indenização por danos morais.

Por fim, mantenho a gratuidade processual deferida à autora, que é idosa, cuida de filha internada em clínica psiquiátrica, com gastos elevados, que embasaram o ajuizamento desta ação, bem como porque, em contestação, a requerida nada demonstrou em sentido contrário, ofertando impugnação genérica.

Ante o exposto, **julgo procedente em parte o pedido, apenas para impor à requerida o reembolso das despesas da autora com a internação da filha na Clínica de Repouso Santa Fé, respeitando-se os limites da tabela vigente da requerida, praticadas no Estado de origem do titular, conforme o regulamento do plano de saúde, descontando-se sua participação correspondente, o que será apurado na fase de cumprimento de sentença.**

Em consequência, **julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.**

Diante da sucumbência recíproca, as despesas processuais serão suportadas





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**5ª VARA CÍVEL**

**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

na proporção de metade para cada parte, nos termos do artigo 86, *caput*, do Código de Processo Civil.

Considerando que os honorários advocatícios são direito do advogado, sendo vedada a compensação, nos termos do artigo 85, § 14, do Código de Processo Civil, condeno a requerida ao pagamento de honorários advocatícios em favor do advogado da autora, arbitrados em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, e condeno a autora a pagar ao advogado da requerida honorários advocatícios arbitrados no mesmo patamar, observada a parcela de pedidos rejeitados, o proveito econômico obtido por cada uma das partes, o resultado da demanda, nos termos do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil, respeitado o disposto no artigo 98, § 3º, do mesmo diploma legal, em razão da gratuidade processual deferida à autora.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 03 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**